

**71ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO**

**AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS  
SOLICITADOS PELO INSTITUTO DO TURISMO DE PORTUGAL, IP**

**Tendo em consideração a solicitação do INSTITUTO DO TURISMO DE PORTUGAL, IP, relativa a:**

Apuramentos provisórios e definitivos (2025) resultantes do Inquérito à Permanência de Hóspedes na hotelaria e outros alojamentos (IPHH) e do Inquérito à Permanência de Campistas nos Parques de Campismo (IPCAMP)

Considerando:

- A natureza confidencial das informações solicitadas, nos termos do número 2 do artigo 6º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio;
- Que a informação se destina à elaboração e coordenação de estudos e estatísticas, designadamente em matéria de definição, acompanhamento e avaliação das políticas e planos estratégicos e de desenvolvimento do setor do turismo, pelo que a solicitação se enquadra nas exceções previstas no número 6 do artigo 6º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio – planeamento e coordenação económica – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- A cooperação entre as entidades do Sistema Estatístico Nacional (SEN) produtoras de informação estatística e a entidade à qual são fornecidos os dados, nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada nas finalidades descritas no pedido;
- A importância de salvaguardar a segurança e confidencialidade do tratamento da informação estatística devendo o Instituto do Turismo de Portugal, IP, pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística solicitada contra a destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico e preservando assim a confiança no SEN;
- A legislação orgânica e de funcionamento do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., (Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho, consolidado, e os Estatutos do Instituto do Turismo de Portugal, I.P., atualizados pela Portaria nº 413/2023, que permite concluir que a entidade, no cumprimento da sua missão, não

prossegue atribuições que colidam direta ou indiretamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico;

- As competências do Conselho Superior de Estatística (CSE), nos termos da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras ações de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, delegadas na Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 63ª Deliberação do Plenário;
- A decisão constante da 9ª Deliberação da Secção Permanente do Segredo Estatístico que refere, no ponto B, que B) "Doravante, o pedido do Instituto do Turismo de Portugal, IP, será feito anualmente ao INE, com conhecimento do CSE, sendo ao mesmo, caso se verifique completa identidade face ao presente pedido, dada sequência por Procedimento Escrito nos termos do artigo 25.º do Regulamento Interno do CSE e da 2ª Deliberação da SPSE", e a verificação dos pressupostos constantes desta decisão.

**A Secção Permanente do Segredo Estatístico**, considerando as suas competências legais e regulamentares, **delibera:**

- A) Autorizar o Instituto Nacional de Estatística a fornecer ao Instituto do Turismo de Portugal, IP, os dados estatísticos referidos no primeiro parágrafo.
- B) O Instituto do Turismo de Portugal, IP, deve assinar a Declaração de sigilo em anexo, comprometendo-se a:
1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial dos inquéritos de 2025 à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos e da Permanência de Campistas em Parques de Campismo;
  2. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição acidental ou ilícita, ou a perda acidental;
  3. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;
  4. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
  5. Enviar ao INE e ao CSE o resultado do trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2025

O Vice-Presidente do CSE, António Miguel Rua

A Secretária do CSE, Cláudia da Conceição Mendes Antunes Pina